

**ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS – CEHIDRO.**

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e nove, às 09h 25min no Auditório do Parque Massairo Okamura, ocorreu a 10ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Aprovação da ATA da 20ª Reunião Ordinária do CEHIDRO; Informes; Apreciação da Minuta de Resolução nº 26, que trata da aprovação do Plano Estadual de Recursos Hídricos; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Sr. Luiz Henrique Magalhães Noquelli, Secretário Executivo do CEHIDRO, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária do CEHIDRO, e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Flávio Cesário Peixoto, representante da SEDER; Sr. José do Carmo Ferraz Filho, representante da SICME; Sra. Edenir Maria Serigatto, representante da UNEMAT; Sr. Alexandre Silveira, representante da UFMT; Sra. Vânia Tarcila Borges, representante da SANECAP; Sra. Maria Dalcéia Barbosa, representante do INSTITUTO CREATIO; Sr. Rodrigo Alexandre de Azevedo Araújo, representante do IMADEA. O Secretário Executivo iniciou a reunião colocando aos conselheiros que foi necessária a realização desta reunião extraordinária para proceder os devidos encaminhamentos legais ao Plano Estadual de Recursos Hídricos como a publicação da resolução de aprovação do mesmo, para que possa encaminhar o Decreto Governamental que o institui. Em seguida colocou em apreciação a Ata da 20ª Reunião Ordinária do CEHIDRO, questionando aos conselheiros se existem alterações necessárias. Ninguém se manifestando, a ata foi posta em votação e aprovada por unanimidade. Dando continuidade a pauta, passou aos informes e colocou aos conselheiros que na última reunião do CNRH, realizada nos dias 26 e 27 deste mês, houve a posse das entidades para o mandato 2009/2012 e foi realizado um curso de capacitação para os conselheiros empossados, no qual se discutiu a importância do Conselho Nacional e detectou-se algumas falhas no mesmo, como a pouca integração deste Conselho com os Ministérios e com o CONAMA. Falou aos conselheiros que foi colocado que o CNRH deve ser a forte como o CONAMA e para isso é necessário que ocorra um interesse político, destacando que se não possuir um CNRH forte, será difícil que se replique nos estados o que ocorre no mesmo. Exemplificou colocando aos conselheiros que com a aprovação do PNRH os Estados passaram a ter responsabilidade para a emissão da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH, a ANEEL solicitou ao Estado que se posicionasse quanto ao interesse continuar com os empreendimentos energéticos no Estado, o qual foi pró-ativo e procedeu capacitação e

35 mecanismos junto a SEMA/SURH para a realização deste trabalho. Colocou ainda que é
36 necessário se ter uma maior integração entre o CNRH e os conselhos estaduais, e para
37 que isso ocorra a Secretária do CEHIDRO fará um controle do que está sendo discutido
38 na Plenária do CNRH e nas suas Câmaras Técnicas a qual será encaminhada aos
39 conselheiros para que tomem conhecimento do que está sendo discutido no CNRH. O
40 conselheiro José Ferraz questionou ao Secretário Executivo como se dá o vínculo com a
41 ANEEL, sendo respondido que quando houve a pressão do governo federal para que o
42 Estado emitisse a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH para os
43 empreendimentos energéticos localizados em rios de domínio do Estado que se iniciou as
44 capacitações na SURH e também o início de um sistema de outorga, ponderando que
45 quando um empreendedor solicita a implementação de um empreendimento energético
46 para a ANEEL, a mesma consulta a SEMA sobre a situação da região a ser
47 implementado, especialmente sobre a existência de usuários a montante e a jusante e a
48 vazão existente, sendo este documento parte integrante dos documentos necessários
49 para o protocolo junto a ANEEL. Complementou que quando todo o processo é
50 desenvolvido a ANEEL realiza um leilão e o ganhador passa a ter direito de uso do
51 potencial energético, sendo neste momento feita pela ANEEL a solicitação da DRDH para
52 a SEMA/SURH, a qual é respondida diretamente para a ANEEL e esta passa ao
53 empreendimento que ganhou o leilão. O Conselheiro José Ferraz questionou quem é o
54 contato da SEMA na ANEEL, ponderando que assumiu o Sr. Paulo Henrique Silvestre
55 Lopes, o qual é extremamente acessível, sendo respondido pelo Secretário Executivo que
56 o contato quando foi acertado os procedimentos de solicitação de DRDH era o Sr.
57 Fabiano, o qual não pertence mais ao quadro de pessoal da ANEEL, ponderando
58 entretanto que há entre os órgãos uma boa relação, entretanto nada que não possa se
59 tornar ainda melhor. O conselheiro Rodrigo Araújo questionou como funciona a solicitação
60 de DRDH, sendo respondido pelo Secretário Executivo que em rios de domínio da União,
61 quem é responsável pela emissão da DRDH é a ANA e em rios de domínio do Estado a
62 mesma é feita pela SEMA/SURH. Complementou colocando que o empreendedor solicita
63 à SEMA/SURH um documento informando os usuários existentes na região onde tem o
64 interesse de gerar energia, o qual deve ser anexado ao processo encaminhado a ANEEL,
65 a qual analisa todos os pedidos feitos e realiza o leilão, sendo que após a realização
66 deste o ganhador necessitará da DRDH, sendo que a ANEEL solicita a mesma junto a
67 SEMA/SURH, a qual responde para a ANEEL e esta ultima autoriza então o
68 empreendedor a iniciar as suas obras. O conselheiro José Ferraz colocou que o Estado

69 tem um potencial energético muito grande, destacando que a ANEEL está inclusive
70 revogando outorgas já concedidas dentro do Estado e não aproveitadas de forma a
71 garantir o real aproveitamento deste recurso. O Secretário Executivo colocou que dentro
72 do site da ANEEL se pode ter acesso a todos os dados dos empreendimentos já
73 instalados e solicitados, destacando que autorização para a produção de energia elétrica
74 não é de responsabilidade do Estado. O conselheiro Alexandre Silveira argumentou que
75 mesmo não competindo ao Estado, é necessário que se saiba onde está sendo utilizada a
76 energia produzida aqui, uma vez que o Estado fica com o impacto ambiental mas a
77 energia pode estar sendo usada para desenvolver outros estados, sendo respondido pelo
78 conselheiro José Ferraz que o impacto é baixo e o Mato Grosso é um estado exportador
79 de energia elétrica, o que é muito bom para o Estado, destacando que existe a
80 preocupação de se atender a demanda energética interna antes de se exportar o
81 excedente. O Secretário Executivo colocou que não se tem o conhecimento atualmente
82 se a UHE causa mais dano que uma série de PCHs em seqüência, sendo ponderado pelo
83 conselheiro José Ferraz que no Estado hoje se tem uma capacidade de produção de
84 quatro gigawatts e que existe também turbinas com tecnologia que causam muito pouco
85 impacto no ambiente. O Secretário Executivo colocou que se constroem muitas PCHs que
86 vão até 30 megawatts para se livrar da obrigatoriedade do EIA/RIMA e da compensação
87 financeira, mas a nível federal já estão se discutindo estas mudanças. O conselheiro
88 Rodrigo Araújo questionou quais os critérios para se liberar a instalação de novas usinas
89 e se o mesmo não é somente econômico, uma vez que já se atende a demanda do
90 Estado e os impactos por esta geração ocorre no Estado, sendo respondido pelo
91 conselheiro José Ferraz que os critérios se iniciam pela questão ambiental, uma vez que
92 se tem o licenciamento do projeto. O Secretário Executivo deu continuidade aos informes,
93 colocando aos conselheiros que será necessário se marcar uma nova reunião da Câmara
94 Técnica de Águas Subterrâneas, sendo sugerido que a mesma se realize no período de
95 17 a 19 de junho o que será questionado por e-mail aos integrantes da mesma. Ponderou
96 ainda que a realização desta reunião é necessária para se dar andamento as discussões
97 já iniciadas sobre os poços jorrantes da região de Juscimeira e para ser apreciada a
98 alteração de Lei estadual nº 8.097, que trata das águas subterrâneas no Estado, para
99 adequá-la a emissão de outorgas de água subterrânea. O conselheiro Rodrigo Araújo
100 solicitou que lhe fosse encaminhado o e-mail com a data de realização da mesma. Dando
101 continuidade o Secretário Executivo informou aos conselheiros que o Estado, através do
102 CEHIDRO, faz parte de duas Câmaras Técnicas no CNRH, a Câmara Técnica de Águas

103 Subterrâneas e a Câmara Técnica de Procedimento, Ações de Outorga e Ações de
104 Regulação – CTPOAR, colocando que nesta última estava como suplente do estado do
105 Paraná, entretanto como o mesmo não participou das duas últimas reuniões e o limite de
106 faltas são três faltas consecutivas, será encaminhado um ofício retirando a titularidade do
107 Paraná e assumindo a mesma, ficando o estado de Goiás como suplente. Colocou ainda
108 que a representante na CTPOAR é a Gerente de Outorga, Sra. Ellen Pantoja, ponderando
109 que as discussões são válidas e importantes para a implementação da outorga no Estado.
110 O Secretário Executivo colocou então aos conselheiros que a reunião de hoje foi marcada
111 com o intuito de se apreciar a minuta de Resolução de aprovação do Plano Estadual de
112 Recursos Hídricos - PERH, sendo complementado pela Secretária do CEHIDRO que o
113 Decreto que implementa o PERH deverá ser baseado nesta Resolução, e a intenção de
114 se discutir a mesma hoje é garantir que no Decreto constem alguns aspectos que irão
115 facilitar a implementação do PERH. Em seguida o Secretário Executivo leu para os
116 conselheiros os artigos 1º e 2º da Resolução, destacando aos conselheiros que a
117 intenção neste segundo artigo é deixar claro que este é um Plano de Governo. A
118 Secretária do CEHIDRO complementou que deve ser ponderado também neste artigo o
119 período de revisão a ser estabelecido, informando aos conselheiros que na Câmara
120 Técnica de Acompanhamento do PERH foi colocado que o prazo de quatro anos para a
121 realização da primeira revisão seria um prazo curto, onde não se teriam subsídios para
122 realmente se avaliar a eficiência do mesmo. O conselheiro Flávio Peixoto colocou que na
123 Câmara Técnica foi decidido que este prazo seria de quatro a oito anos. O conselheiro
124 Rodrigo Araújo questionou se não poderia ser feita esta avaliação em um prazo inferior a
125 quatro anos, sugerindo que a mesma fosse realizada a cada três anos, ao que foi
126 respondido pelo Secretário Executivo que não seria viável se fazer em prazo inferior a
127 quatro anos porque para se garantir a implementação do PERH é necessário que seus
128 projetos estejam incluídos no PPA, o qual é elaborado a cada quatro anos. O Conselheiro
129 Alexandre Silveira ponderou que realmente fazer em prazo inferior a quatro anos
130 dificultaria a implementação, sugerindo que a primeira revisão seja feita em quatro anos e
131 que as demais revisões fossem realizadas no prazo de quatro a oito anos. A conselheira
132 Edenir Serigatto colocou que a discussão na Câmara Técnica foi que o no prazo de
133 quatro anos não seria possível se instituir todos os programas e projetos e assim não
134 existiriam subsídios suficientes para se avaliar a atuação do plano, ao que o conselheiro
135 Alexandre Silveira ponderou que oito anos é um prazo muito longo para se avaliar se o
136 PERH está no caminho certo, mesmo que não se tenha resultados definitivos pode se

137 avaliar os rumos da atuação do mesmo e sugeriu que o artigo segundo ficasse com
138 seguinte redação: “A Superintendência de Recursos Hídricos, em conjunto com a Câmara
139 Técnica de Acompanhamento do Plano Estadual de Recursos Hídricos do CEHIDRO,
140 deverá proceder à primeira revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos em quatro
141 anos, para subsidiar a elaboração dos Planos Plurianuais – PPAs estaduais e seus
142 respectivos orçamentos, bem como todos os Programas e Projetos Estaduais que afetem
143 direta ou indiretamente os recursos hídricos.”, que o parágrafo único fosse transformado
144 em parágrafo segundo e que fosse incluído um parágrafo primeiro com a seguinte
145 redação: “As revisões subseqüentes deverão ser realizadas no período de quatro a oito
146 anos.”. o Secretário Executivo colocou em votação a alteração sugerida a qual foi
147 aprovada. Em seguida, leu os artigos 3º e 4º, colocando que neste ultimo artigo foi feita a
148 sugestão de ser retirado o endereço eletrônico no qual ficará disponível o PERH, devido
149 ao mesmo poder se alterar, e ponderou que se mantendo este dado na resolução é uma
150 garantia que sempre estará disponível este endereço para o PERH, o que foi aceito pelos
151 conselheiros. O Conselheiro Alexandre Silveira questionou o porque do Trecho “O volume
152 ...” constante no artigo 4º e sugeriu que fosse suprimido, ficando o mesmo com a seguinte
153 redação “O Plano Estadual de Recursos Hídricos descrito no Art. 1º, deverá ser divulgado
154 no sítio eletrônico: <http://www.sema.mt.gov.br/PERH/>.”, o que foi aprovado pelos
155 conselheiros. A Secretária do CEHIDRO esclareceu aos conselheiros que no artigo 1º
156 também é citado o volume, entretanto este é um dado necessário pois o plano possui uma
157 série de relatórios e deve ser citado qual deles é a versão final que foi apreciada e
158 aprovada pelo CEHIDRO, ponderando que o Decreto também citará o volume final. O
159 conselheiro Rodrigo Araújo questionou se somente teria validade o Plano a partir da
160 publicação do Decreto, sendo respondido pelo Secretário Executivo que a publicação da
161 Resolução torna o Plano válido e é um passo necessário para que o mesmo seja
162 publicado na forma de Decreto, entretanto o PERH passa a ser um Plano de Governo
163 somente a partir da publicação do Decreto. O Secretário executivo colocou então em
164 votação a Resolução com as alterações já aprovadas e a mesma foi aprovada por
165 unanimidade. Em seguida o Secretário Executivo informou aos conselheiros que no dia 05
166 de junho ocorrerá o seminário “O potencial da Teca Jovem”, o qual será realizado no
167 Centro de Eventos do Pantanal, sendo complementado pelo conselheiro Flávio Peixoto
168 que este evento é financiado pelo MT Floresta, com inscrições gratuitas e que o mesmo
169 ocorrerá dentro da Confortex, uma feira de moveis, decoração, paisagismo e construção
170 que ocorre no Centro de Eventos, do dia 04 a 09 de junho. O Secretário Executivo

171 colocou então aos conselheiros que estava sendo distribuído o livro “Gestão de Recursos
172 Hídricos no Estado de Mato Grosso”, organizado pelo conselheiro Alexandre Silveira e
173 colocando que o livro é um resumo da atuação do Estado na gestão de recursos hídricos,
174 sendo complementado pelo conselheiro Alexandre Silveira que a intenção é divulgar a
175 gestão de recursos hídricos no Estado, ponderando que o mesmo já se encontra
176 desatualizado mas de qualquer forma é válida a divulgação. O Secretário Executivo
177 colocou ainda aos conselheiros que eles também receberam o Livro “Coletânea de
178 Normas Legais de Recursos Hídricos de Mato Grosso”, ponderando que o mesmo
179 encontra-se atualizado até a data de hoje e que caso seja necessário poderão ser
180 disponibilizados mais exemplares. A conselheira Maria Dilecia Barbosa colocou que os
181 membros da CTAS participaram do “1º Diálogo das Águas de Mato Grosso – Medidas
182 para reverter o desperdício de água dos poços jorrantes”, que ocorreu nos dias 21 e 22 de
183 maio em Juscimeira, complementando que o evento foi muito interessante, ocorreram
184 palestras que trataram do assunto e com muita participação da sociedade, parabenizando
185 a SEMA pela iniciativa de realização do mesmo, ponderando que foi muito produtivo. O
186 Secretário Executivo agradeceu a conselheira, colocando que neste evento estiveram
187 presentes os municípios de Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Rondonópolis e Dom
188 Aquino e que a intenção é ordenar o uso dos poço jorrantes na região de forma a evitar o
189 desperdício, e não proibi-lo, ponderando que a região possui potencial turístico
190 exatamente pela existência de poços jorrantes termais. Complementou que existem
191 diversos poços que foram mal construídos, sendo a intenção do estado organizar os
192 mesmos, mas que como a gestão de recursos hídricos deve ser participativa, foi feito este
193 Diálogo como forma de conscientização da população. O conselheiro Rodrigo Araújo
194 colocou que ocorreu no CNRH um workshop que tratava do monitoramento de águas
195 subterrâneas, colocando que ficou entendido que o estado faria o monitoramento
196 quantitativo e qualitativo, e questionou como esta sendo realizado este monitoramento no
197 estado. O Sr Nédio Carlos Pinheiro, Coordenador de Controle de Recursos Hídrico,
198 colocou que este workshop tratou do monitoramento para o Brasil como um todo,
199 devendo ser absorvido pelos Estados a parte que lhes compete, complementando que na
200 CTAS do CNRH está sendo discutida a implantação de uma rede de monitoramento de
201 água subterrânea a nível nacional, entretanto aqui em Mato Grosso já iniciamos o
202 monitoramento atualmente com cinco pontos de coleta e previsão de se ampliar o
203 número. O conselheiro José Ferraz colocou que a SEMA deve entrar em contato com a
204 SICME, pois eles possuem dados sobre água subterrânea que podem ser

disponibilizados. O Secretário Executivo colocou que existe um sistema de outorga superficial já em funcionamento mas a intenção é que não se analise somente a captação superficial, mas também a subterrânea e a diluição de efluentes. Colocou ainda que existe hoje a portaria nº 121 da SEMA que estabelece que na P5 todos devem ter a outorga, entretanto atualmente não tem se feito uma fiscalização mais intensiva porque não adianta se verificar somente a captação superficial e não verificar os demais usos outorgáveis. Ponderou ainda que não foi aberta a outorga para todo o Estado pois a SURH não teria capacidade para dar o correto andamento a todos os processos, sendo definido que isto será feito progressivamente, por UPG. Ponderou que a água subterrânea é uma reserva estratégica e que o objetivo com a outorga de água subterrânea é verificar a influencia que um poço causa em outro, bem como a questão da contaminação dos aquíferos. O conselheiro Alexandre Silveira colocou que a escolha de uma bacia prioritária foi um dos grandes acertos na gestão dos recursos hídricos, pois se implementar de forma incorreta leva o mesmo a não ser aceito pelos usuários e pode ser impossível se corrigir este erro depois. Ponderou ainda que quanto ao monitoramento não podemos esquecer que existe um Plano Estadual de Recursos Hídricos aprovado, o qual prevê este tema. O conselheiro José Ferraz lembrou aos conselheiros que o Secretario Adjunto de Qualidade Ambiental, Sr. Salatiel Alves, colocou a disposição de todos as imagens SPOT adquiridas pela SEMA, sendo necessário somente o envio de um ofício para se ter acesso a elas. Nada mais havendo a declarar o Secretário Executivo agradeceu a todos pela presença e encerrou a reunião às 10h 30n e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavrei esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO.

LUIS HENRIQUE C. DALDEGAN

Presidente do CEHIDRO

LUIZ HENRIQUE MAGALHÃES NOQUELLI

Secretário Executivo do CEHIDRO

** Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 19/08/2009.*

*** Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*